O ensino de 2.º grau profissionalizante: reconciliação entre cultura e trabalho?

YVES MARIE GILLES DE MAUPEOU

Voltando para os tempos mais remotos, quando o homem estava nos primeiros passos da sua evolução, podemos descobrir a unidade entre o espírito que pensa e as mãos que realizam. A humanidade aprendeu pela experiência; assim se domesticaram os animais, se fabricaram as ferramentas e se estabeleceram os ritos da vida social. “O homem é inteligente porque ele tem mãos”, afirmou um antigo sábio. Mas, com a evolução, e principalmente através do mundo greco-latino que marcou a civilização ocidental e por ela a nossa civilização brasileira, se estabeleceu o dualismo entre a cultura e o trabalho, entre o mundo das idéias e o mundo material.

Preocupado com a descoberta do absoluto, Platão valorizou a razão e considerou o mundo como dividido em dois aspectos: o mundo racional, supra-sensível, que é o mais real, e o mundo material, contingente, que é a sombra, a imagem do primeiro. Daí, nasceram duas ordens de conhecimento: o conhecimento imutável que contempla as formas da verdade, e o conhecimento empírico que é sujeito à ilusão e ao erro. As mais antigas e as mais apreciadas escolas da antiguidade foram as escolas de filosofia. Como consequência, a sociedade de Platão foi uma sociedade de classe baseada na desigualdade; de um lado, os homens livres, a aristocracia, e do outro, os escravos, a massa dos trabalhadores. Os primeiros se afastavam da transformação material do mundo para se dedicar ao lazer, à contemplação das idéias e às funções de governo; os segundos, sem possibilidade de atingir a cultura, ofereciam sua participação manual para a marcha da sociedade. Neste universo, a educação nas escolas era privilégio das “elites” que a frequentavam sem desejo profissional, mas a fim de adquirir a instrução ca-

paz de formar uma personalidade digna da "classe nobre". Foi esta influência grega que Roma recebeu e implantou nas regiões do mar Mediterrâneo. O prestígio da cultura, a nobreza dos sentimentos, o ideal da família latina foram conservados e transmitidos pelas classes dominantes como um absoluto quase religioso. À plebe do império e aos escravos das regiões dominadas pertencia o esforço do trabalho manual. Enfim, o Cristianismo, nascendo nas beiras do mar dominado por César, encontrou na filosofia dos gregos uma base para construir sua teologia. A separação entre o mundo da razão e o mundo material passou a ser separação entre a graça e a natureza, entre o homem e o mundo.

Tudo isso marcou nossa civilização brasileira, impregnada deste dualismo entre cultura e trabalho. O aspecto mais nítido da separação manifestou-se através da oposição entre a classe dos colonizadores portugueses e dos escravos da África; os primeiros representando o mundo humanístico da Europa e os segundos, a massa dos que produzem pelo esforço físico. O sistema escolar constituiu-se à imagem desse tipo de sociedade e os primeiros e mais famosos colégios formaram gerações de homens capacitados na linha humanista/cristã.

Hoje, nosso sistema educacional ainda reflete esse dualismo entre cultura e trabalho. Para um país cuja força de trabalho é rural em mais de sua metade (52%) (1), temos um ensino médio que é de "cultura geral" na sua maior parte. Isso significa que nossa educação não assimila os valores do trabalho. No ensino superior, sabe-se o número das faculdades de filosofia ou de direito enquanto nosso rebanho, um dos maiores do mundo, dispõe de um número irrisório de veterinários. E a situação no setor industrial é apenas um pouco melhor.

O ENSINO DE 2.º GRAU PROFISSIONALIZANTE

Foi dentro desse contexto que chegou, para ser implantada, a lei 5.692 cuja inovação principal consiste na substituição do

(1) Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol. 56 (123) julho/setembro 71, p. 41.

ensino propedêutico e teórico pelo ensino profissionalizante. No segundo grau, dois princípios vão alicerçar toda a atividade escolar: terminalidade e continuidade e para todos, mesmo os que vão seguir para a Universidade, o ensino de cultura geral vai se relacionar com a aprendizagem de uma profissão. A educação profissionalizante é o encontro entre a mente que pensa e as mãos que fazem, entre a inteligência que raciocina e a habilidade que cria; tudo o que se ensina conduz ao agir e todo agir traz sua riqueza de reflexão. A nova escola preconizada prescreve uma educação global centrada na pessoa do educando e na realidade da civilização que tivemos.

A lei está lançada, mas uma mudança não se faz apenas por decreto; temos o instrumento, o ponto de partida; aos alunos está oferecida a possibilidade de aumentar seu nível cultural ao mesmo tempo que sua capacidade profissional e de ser unificado na sua preparação para a vida. Corretamente estamos diante de duas alternativas:

- a primeira significaria, infelizmente, que a letra tivesse mudado e não o espírito. As duas correntes, cultura e trabalho, continuariam separadas dentro do próprio indivíduo, vivendo o motivado de um lado e o necessário do outro, e dentro da sociedade com uma classe valorizando o cultural e desprezando o profissional e a outra recebendo a qualificação para o trabalho como possibilidade de viver melhor amanhã e considerando o resto como teoria sem valor prático.
- a segunda representaria o que a lei espera, uma unificação, ao nível das pessoas bem como dos grupos entre o produzir e o pensar, entre o fazer e o ser. Unificação pelo menos nos seus primeiros passos, pois ninguém vai pensar que as coisas humanas mudem assim de repente.

Isso nos leva a situar os pontos sobre os quais deve se basear a Lei/Reforma para realizar o que ela deseja.

O TRABALHO IMPLICA UMA CULTURA

A simples experiência quotidiana revela a dimensão cultural do material quando tocado pelo homem. O comer e o beber tornam-se festa, o amar e o engendrar criam a família, o produzir e o trocar os produtos fortalecem as relações sociais. Na vida primitiva, trabalho e senso comum eram a mesma coisa e o homem vivia juntamente sua cultura e seu trabalho. Hoje, o progresso material invadiu de forma gigantesca todos os setores da nossa existência, e nossa cultura, baseada nos tradicionais padrões culturais, não consegue assimilar o novo conteúdo. Continuamos pensando em termos de essências enquanto estamos projetados num mundo impregnado de ciências. E todos estão atingidos: o camponês da Transamazônica, o operário de São Paulo ou o funcionário de Brasília. E todos, ao mesmo tempo, vivem divididos como se o mundo unificado de ontem se tivesse tornado, para retomar a expressão de Gabriel Marcel, um "mundo quebrado". Daí as rupturas que conhecemos: avanço técnico e deterioração espiritual, procura insatisfeita da compreensão de si junto com a compreensão do universo e surgimento de uma juventude alheia a seu tempo. Nesta crise, muitos lamentam a perda dos valores que faziam a razão da sociedade e poucos se preocupam em descobrir os valores que nascem do domínio do homem sobre o material. Sem as dimensões culturais do trabalho humano, não pode haver hoje sociedade equilibrada. E isso que vale para todas as sociedades é ainda mais necessário para países como o Brasil cuja população, na sua maioria está, em pouco tempo, passando de um estado primitivo a uma descoberta da capacidade criadora do homem. O trabalho não é somente produção e salário mas também instrumento de reflexão e de questionamento; ele não se reduz a um meio de produção e, sim, implica fins. A unificação entre cultura e trabalho começa dentro do próprio homem que necessita não somente aprender a aplicar processos manuais ou intelectuais mas poder compreendê-los a fim de dominá-los e não ser por eles escravizado. A evolução da sociedade fez com que os valores materiais surgissem em oposição aos valores espirituais; hoje estamos chamados para a reconciliação. Cultura e trabalho devem tornar-se elementos essenciais de toda a obra

educativa para que a pessoa possa dominar juntamente as forças naturais e as forças sociais. A Lei/Reforma situa-se nesta linha em que a ação do homem confunde-se com a reflexão do homem.

OS VALORES CULTURAIS DOS TRABALHOS NECESSITAM DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

Seria vão esperar uma educação humana numa sociedade injusta. Ninguém se realiza sem participar e, sem realização pessoal, não há cultura que possa nascer. Ora, para uma boa parte dos nossos alunos que vão terminando o 2.º grau, a escolha de uma profissão defronta-se com barreiras que fazem dele um robô das exigências da sociedade. Basta citar dois fatos:

- qual é o Orientador que não ouviu a reflexão: "eu gostaria de ser isso, mas não dá para viver; vou fazer aquilo; não gosto, mas paga bem". Democracia exige revisão dos salários dentro dos escalões de cada profissão e entre as diversas profissões.
- que Educador não sabe que uma boa parte do acesso às profissões se faz através do relacionamento, para não dizer do pistolão? Os alunos são marcados por esta mentalidade essencialmente individualista que impede a relação social capaz de favorecer a expressão cultural. Existir em função dos outros e viver a democracia no plano horizontal é condição essencial para que apareçam os valores do trabalho.

A estes dois fatos, comuns para todos os educadores, poderia se opor o problema das necessidades do mercado de trabalho e, por consequência, do próprio desenvolvimento da nação. A Lei/Reforma afirma claramente o valor dos dois tópicos: a realização pessoal, a construção da sociedade. A aplicação prática não é simples; as dificuldades vêm de dois lados:

- das cúpulas preocupadas com o crescimento econômico e correndo o risco de utilizar a educação como investimento e o trabalhador como instrumento de produção.

- das famílias marcadas pela antiga tradição em que o trabalho manual é visto como o infortúnio do qual só se pode sair pela instrução. Podemos aqui, como ilustração, reproduzir o quadro seguinte (2):

Profissões desejadas para os filhos segundo a categoria, por sexo

PROFISSÕES	HOMENS		MULHERES	
	Número/ %	(N = 1702)	Número/ %	(N = 1737)
Universitários	646	38,0	136	7,8
Não manuais	372	20,8	1.008	58,1
Manuais	403	23,7	396	22,8
Sem especificação exata	281	16,5	197	11,3
Sem resposta e não sabe	657	—	622	—
Total	2.359	100,0	2.359	100,0

Os dados foram colhidos de 2.359 chefes de família da área rural nordestina. Ora, sabemos perfeitamente que essa região precisa de muito mais que 23% de trabalhadores manuais e não tem condição para oferecer os estudos universitários a 38% dos seus filhos. Daí poderíamos concluir que a Reforma vai, necessariamente, desrespeitar as vocações e, com isso, impedir a dimensão cultural. Mas entram em jogo outros fatores que merecem melhor reflexão. Provavelmente os desejos dos pais refletem, não uma preocupação vocacional, e sim, uma vontade de promoção social; todos sabem que se vive melhor nas profissões não manuais; uma situação baseada na autoridade de alguns e obediência passiva de outros não pode desenvolver uma escolha profissional livre. Voltemos à afirmação inicial: os va-

(2) Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol. 54 (120) outubro/dezembro 1970, p. 319.

lores culturais do trabalho necessitam de uma sociedade democrática.

ALGUMAS DECISÕES NECESSÁRIAS

Tentando agora descer ao nível das aplicações concretas vamos deixar algumas indicações que parecem as mais urgentes para que nosso ensino possa ser fiel aos desejos da Lei/Reforma:

- a limitação dos ramos “humanísticos” e o aumento das áreas técnicas. Há poucas semanas o Departamento do Ensino Médio citou como preocupação prioritária o ensino técnico agrícola. As medidas são necessárias. O Piauí, por exemplo, Estado essencialmente rural, dispõe de uma única escola técnica agrícola oficial; é de se esperar que a implantação da Reforma vá levar a esta região o que se espera;
- o respeito dos méritos de cada um sem discriminação. É a verdadeira questão: qual é a parcela dos alunos que vão ultrapassar o 2.º grau para ingressar na Universidade? Isso vai decidir do espírito do ensino profissionalizante e as barreiras são fortes. Muitos dos nossos colégios são estabelecimentos de classe. Durante o mês de junho tivemos oportunidade de participar dos trabalhos de um colégio religioso preocupado com a implantação da Reforma. Em todas as reuniões, os pais das alunas eliminaram sistematicamente todas as profissões consideradas “indignas” e escolheram finalmente quatro opções de trabalho “dignas da classe alta”. As raízes desta atitude vêm da própria situação do colégio dentro do sistema educacional no seu conjunto e a revisão dos critérios de admissão é o primeiro ponto que se deve estudar;
- da parte do corpo docente, um verdadeiro esforço deve ser feito para “reconciliar” o professor de cultura geral e o professor de ensino prático que até agora apa-

recem, para a sociedade, como situados em dois níveis diferentes. Com a implantação da Lei, as oficinas vão-se construir junto às escolas e os estabelecimentos de ensino vão levar os alunos para os lugares de trabalho. Mestres e técnicos podem ser a imagem do encontro entre dois mundos até agora separados;

- no plano da Orientação Vocacional, sabemos que muitos dos nossos alunos não têm condição de situar-se sozinhos diante da escola profissional e correm o risco, por falta de assistência da parte da família, de ser objetos manipulados pelas circunstâncias e não guiados na linha das suas aptidões e dos seus interesses. No conjunto das escolas brasileiras, quantas podem oferecer o diagnóstico de um simples teste? E qual é a percentagem dos nossos alunos que tiveram oportunidade de conversar com o Orientador do seu futuro? Dar a cada aluno a possibilidade de refletir sobre uma escolha que vai decidir de sua vida é dar um passo na descoberta dos laços entre a pessoa e a sociedade e permitir a unificação entre a reflexão e o trabalho;
- enfim, o ensino profissionalizante não pode abrir-se para a vida se não encontrar eco e apoio nas expressões culturais dessa vida. Aqui queremos mencionar em primeiro lugar os meios audiovisuais de comunicação. Quando se vê o nível geral dos programas de Televisão ou de Rádio, com a sucessão de novelas, shows ou filmes, é de doer. O “panem e circenses” destrói o esforço que se possa fazer no ensino. O aluno da escola não pode ser diferente do jovem da casa e da rua. A cultura nasce da síntese que cada um faz a partir do meio em que vive.

CONCLUSÃO

Com nossa cultura tradicional, defrontando-se com a invasão do mundo material dominado pelo homem, parecemos ter chegado a uma saturação na reflexão como se faltasse uma raiz

capaz de mergulhar em nossa realidade concreta. Ao pensar tanto, pensamos mal porque pensamos sem a totalidade de nosso ser. Para reequilibrar a existência, necessitamos da compreensão moral e espiritual do nosso trabalho. Enquanto a vida autêntica e pessoal não poderá desenvolver-se senão fora das aulas de trabalho, contentando-nos com o lazer e o repouso, permaneceremos seres incompletos. O trabalho não é o fato do escravo mas do homem mesmo e deve abrir para a liberdade. O trabalho leva para os valores da vida, é lugar de encontros entre os homens, confere um suplemento de existência, fazendo da natureza trabalhada um mundo de mais consistência. A reconciliação entre trabalho e cultura é lucro não só para o indivíduo mas também para a sociedade.

Como tornar possíveis essas verdades? A maioria dos homens luta para sobreviver. O progresso feriu o trabalho com seus passos imensos e afastados dos passos humanos. Espera-se em todos os cantos do mundo um segundo momento em que trabalho seja trabalho de homem, quer dizer, cultura. Se o trabalho se abrir sobre os valores que o justificam, o espiritual volta a nascer do temporal, a vida se transforma. Se a existência, para se afirmar, tiver que fugir do trabalho, a vida do espírito permanece à beira da vida; não há unificação e não pode haver cultura.

Para ser amado, o trabalho tem que ser limitado, calmo, de acordo com os ritmos reais da vida, relacionado com a participação dos benefícios. E a experiência humana nos mostra que para tantos homens a atividade principal que é a profissão, situa-se longe do essencial e parece opor-se às exigências mais profundas das suas aspirações. Homens condenados à escolha entre trabalhar e existir, condenados a trabalhar para sobreviver.

Isso é o desafio do nosso tempo. Será que a sociedade que todos queremos construir vai permitir a reconciliação do nosso ser? É, pelo menos, a obra que todos os educadores devem tentar ao considerar a Lei 5.692 do Ensino de 2.º grau profissionalizante que se apresenta como riqueza e oportunidade oferecidas. O que nos é proposto, é muito mais que uma reforma de currí-

culo ou uma revisão administrativa; é um amplo programa que pode ser resumido nas palavras do Sr. Ministro da Educação Sen. Jarbas Passarinho, na introdução ao 1.º número da revista Educação: tem a Reforma do Ensino em mira “forçar, ao lado da democratização do ensino, a preparação para a vida, construída sobre um embasamento de prevalência dos valores espirituais e morais... Queremos que, através da educação, cada criatura humana adquira mais valor... e, através da articulação correta do social com o econômico, logre-se a o promoção humana global”. (3)

Seremos ou não capazes, com os nossos alunos, de reconciliar a pessoa com seu meio e de adaptar para o nosso tempo a afirmação do antigo sábio: “o homem é inteligente porque ele tem mãos”? Da nossa resposta depende nossa cultura.

(3) Educação, n.º 1, p. 2-3.

Ética profissional e advocacia

RUY DA COSTA ANTUNES

1 — Em livro dedicado à profissão do advogado, o Prof. Louis Crémieu, registra, lamentando, que, na França, ao requer inscrição no *barreau*, isto é, na Ordem dos Advogados, os bacharéis em Direito ignoram, quase inteiramente, a regulamentação da profissão; e que, por força de tal desconhecimento, ao ensaiar os primeiros passos na vida profissional, infringem muitas vezes graves deveres, pondo em risco o seu futuro.

Fenômeno semelhante ocorre entre nós: conforme assinala Ruy de Azevedo Sodré, “a verdade nua e crua é que milhares de jovens se formam, ignorando a natureza, a finalidade, as atribuições e os deveres do advogado” (*in* “O advogado, a regulamentação e a ética profissional”, São Paulo, 1963, pág. 5).

Assim acontece porque as nossas faculdades de Direito ainda não se decidiram a fazer da Ética Profissional disciplina curricular, nada obstante reiteradas recomendações nesse sentido provindas dos Congressos Interamericanos de Advogados. Daí, testemunhar-se, constrangidamente, o espetáculo, aviltante para a advocacia, de profissionais que a exercitam com absoluto desprezo pelos mais mezinhos princípios, de deontologia forense.

1.1 — Incalculáveis, os prejuízos decorrentes da atividade desairosa de tais profissionais: por um lado, sacrificam, às vezes irremediavelmente, bens inestimáveis dos que tiveram a desdita de confiar nas suas pessoas, comprometendo-lhes a liberdade, a honra, o patrimônio; por outro, concorrem fortemente, com o seu exemplo, para que se generalize o preconceito que certas pessoas nutrem contra a advocacia e contra os advogados em particular.